

A FORMAÇÃO DE DOCENTES: A LICENCIATURA EM FÍSICA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE - CAMPUS LAGARTO

Telma Amélia de Souza Pereira¹

Rita de Cácia Santos Sousa²

GT 18– Espaços Educativos, Currículo e Formação Docente (Saberes e Práticas)

RESUMO

O presente trabalho trata da formação de professores no Brasil a partir da Lei 9.394/96, com foco na constituição dos Institutos Federais de Educação como espaços de formação de professores para a Educação Básica. A organização desses espaços de formação e as políticas educacionais que os guiaram, dentro dos projetos de sociedade vigentes, são elementos para o entendimento dos objetivos do modelo educacional brasileiro, analisados aqui com base nas ideias de Bourdieu. A metodologia empregada foi a entrevista semiestruturada, com questionário onde os estudantes expõem suas ideias sobre a licenciatura e seus objetivos enquanto licenciados. Neste espaço de formação docente as respostas evidenciam a importância dada ao papel do professor pelos estudantes, bem como a pouca motivação para ao exercício da docência por parte destes.

Palavras-chave: Formação docente. Institutos Federais. Licenciatura. Políticas educacionais.

ABSTRACT

The present article intends to deal with the formation of teachers in Brazil from the Law 9.394/ 96, focusing on the constitution of the Federal Institutes of Education as spaces for teacher training for Basic Education. The organization of this spaces of formation and the educational policies that guided them inside the current society projects, are elements for the understanding of the objectives in the Brazilian educational model, analyzed with base on the ideas of Bourdieu. The methodology used was the semistructured interview, with a questionnaire where the students present their ideas about the degree and objectives as graduates. In this space of teacher training the answers highlight the importance given to the teacher by the students, as the lack of motivation for their exercise for teaching.

Keywords: Teacher training. Federal Institutes. Graduation. Educational policies.

INTRODUÇÃO

A formação de professores é um tema em constante evidencia nas discussões postas pelos meios acadêmicos e fonte de inquietação na sociedade em geral. No Brasil, os

¹ Pedagoga do Instituto Federal de Sergipe- Campus Lagarto. Especialista em Gestão Escolar (FANESE). Professora da Rede Estadual de Ensino de Sergipe. Mestranda em Educação do PPGED/UFS. Membro do Núcleo de Pesquisa e Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência – Nupieped/ UFS e do Grupo de Estudo em Educação, Ciência e Tecnologia – IFS. E-mail: <telamelia@hotmail.com>.

² Professora da Universidade Federal de Sergipe. Pós-doutorado e Doutorado em Educação (UFBA). Mestrado em Educação pela UFS. Vice líder do Núcleo de Pesquisa e Inclusão Escolar da Pessoa com Deficiência – Nupieped/ UFS. E-mail: <ritacssouzaa@yahoo.com.br>.

debates não destoam das perspectivas postas pelos mecanismos internacionais que estruturam a organização geopolítica em busca de um controle e direcionamento de ações para obter resultados às metas propostas para diminuir as desigualdades educacionais no mundo.

O presente trabalho tem como objetivo compreender as representações de docência dos estudantes do curso de Licenciatura em Física do Instituto Federal de Sergipe/IFS – Campus Lagarto. Enquanto instituição escolar, o IFS tem se lançado na empreitada de ofertar cursos nos perfis de educação básica, técnica e tecnológica, incluindo a formação de professores para a educação básica ou, ainda, a capacitação continuada nas especializações para os já licenciados e atuantes na docência.

Na legislação brasileira, os princípios e fins da educação nacional são delineados na Lei de nº 9.394 de 20/12/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, sobre como deve ser ministrado o ensino, no artigo 3, inciso III, com “pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas”, o que identificaria a liberdade de professor na sua prática.

Com a ampliação dos espaços de formação de professores tendo como base a reforma educacional apresentada pela LDBEN que irá orientar as políticas governamentais de formação inicial de professores no âmbito municipal, estadual e federal, os Institutos Federais serão inseridos dentro desta estruturação a partir de 2008, embora já houvesse formação de professores desenvolvidas pelos Centros Federais de Educação Tecnológica - CEFET, mas estas se relacionavam mais a preparação pedagógica de professores que somente possuíam formação técnica.

Considerando a política governamental que se descreve como orientada pela “Educação para Todos”, cabe ao Institutos Federais ofertar cursos de licenciatura que desenvolvam socialmente os indivíduos e possibilite a sua inserção no mercado, diminuindo o déficit de professores de educação básica, principalmente das áreas de Química, Física, Matemática e Biologia em consonância com o previsto na Lei nº 11.892, Art. 7º, inciso VI, letra b de ofertar “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional”.

Trata de se buscar a ampliação de espaços de formação de professores e também de valorização do magistério pelo incentivo a qualificação dos profissionais que já atuavam, mas não tinham a devida formação, principalmente nas últimas séries do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

Nesse contexto, o Instituto Federal de Sergipe – IFS - Campus Lagarto oferta o curso de Licenciatura em Física. Este é o segundo curso na modalidade presencial a ser ofertado por instituições de ensino no estado de Sergipe além do curso já ofertado pela Universidade Federal de Sergipe.

Destarte, pensamos poder perscrutar a licenciatura em tela sob o prisma do estudante e, com isso ter uma possibilidade de promover uma análise da visão deste a respeito da formação docente e se esta consegue promover os aspectos indissociáveis da função docente em relação a forma e ao conteúdo, que seja, o domínio dos conteúdos e dos procedimentos didático-pedagógicos (SAVIANI, 2009).

Assim, destacamos a importância de uma escuta atenta aos estudantes quanto às “exigências” do ensino superior público, na busca de entender como as instituições de ensino desempenham as suas ações para atender os seus objetivos (SILVA; TEIXEIRA 2008). E nesta direção são os estudantes que estão cursando entre sétimo e oitavo período do curso superior de Licenciatura em Física os sujeitos desta pesquisa que, através de um questionário, apresentam as suas percepções e expectativas sobre o curso licenciatura.

O INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO: A CONSTITUIÇÃO DA INSTITUIÇÃO.

A instituição da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica ocorre com a sanção da Lei 11.892 em 29 de dezembro de 2009 que determina a criação dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IF).

Por esta legislação várias instituições de ensino profissional e tecnológico já existentes, deixaram de existir para formar os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, são, segundo o Ministério da Educação - MEC, 31 centros federais de educação tecnológica (CEFET), 75 unidades descentralizadas de ensino (UNED), 39 escolas agrotécnicas, 7 escolas técnicas federais e 8 escolas vinculadas a universidades, englobados nesse processo de redefinição das novas autarquias. Mesmo com a legislação em tela é dada a possibilidade de adesão ou não ao perfil de IF, o que faz com que algumas ainda se mantenham com as denominações e perfis anteriores, mas agora pertencendo a Rede Federal.

O IF é implantado com o objetivo de ampliar a oferta de educação profissional e tecnológica, nas diversas modalidades constantes na LDBEN, na maior capilaridade possível, para que possam ser atendidos os objetivos de levar a educação profissional aos locais mais

distantes, incluídos nas questões sociais e relacionados aos arranjos sociais, culturais e produtivos locais e, assim, promover a melhoria das condições sociais dos contextos em que se insere e nas regiões circunvizinhas.

Em relação a ampliação de acesso à educação básica ainda é contemplada com a formação docente, através das licenciaturas e das pós-graduações ofertadas pelo IF cujos objetivos contribuir para a diminuição do impacto na pouca oferta de cursos em instituições públicas relacionados a formação de professores para atuar na educação básica do nosso país, principalmente na área das ciências exatas e da natureza.

A identificação do IF é apresentada, como determinado na lei que os institui, nos termos constantes no Art. 2º,

Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com as suas práticas pedagógicas, nos termos desta Lei.

E ainda, ampliando esta identidade, no mesmo Art. 2º

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. § 2º No âmbito de sua atuação, os Institutos Federais exercerão o papel de instituições acreditadoras e certificadoras de competências profissionais. § 3º Os Institutos Federais terão autonomia para criar e extinguir cursos, nos limites de sua área de atuação territorial, bem como para registrar diplomas dos cursos por eles oferecidos, mediante autorização do seu Conselho Superior, aplicando-se, no caso da oferta de cursos a distância, a legislação específica.

Ora, a identidade agora apresentada no caput do Artigo 2º da lei, reforça a prerrogativa de autonomia administrativa do IF, porém a diferença entre este e as universidades se mantêm em relação a preocupação central com a formação do sujeito, capaz de saber fazer e saber pensar, dentro de suas diretrizes específicas, com modalidades distintas, pluricurriculares, com estreita observação a garantia de 50% das vagas destinadas a educação profissional de nível médio e 20% para as licenciaturas e programas de formação continuada.

Essa identidade com uma diversidade de oportunidades expostas no bojo de suas ofertas de cursos, faz com que a procura por esta instituição cresça, principalmente nos setores da população que historicamente não tinham acesso à educação profissional e superior públicas, seja pelo número de vagas, pela distância, entre outros. A diversidade conta com a

oferta de educação básica com cursos técnicos de nível médio, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas, mestrados e doutorados e os cursos de formação inicial e continuada.

Nesta nova estrutura, apoiado sobre o tripé do ensino, pesquisa e extensão, procura-se alinhamento entre as partes que compõem o tripé, para promover a articulação entre o trabalho e a formação do cidadão. É mister destacar que essa identidade ainda careça de tempo para se consolidar e incorporar efetivamente seus princípios, embora autores defendam ser estes eixos os únicos que devem ter a educação superior, o IF ainda incorpora o exercício da prática e a profissionalização de seus estudantes nos seus Projetos Político Pedagógicos Institucional (PPPI).

Os critérios que foram adotados pelo Governo Federal para efetivar a expansão dos IF com relação a três dimensões, social, geográfica e de desenvolvimento, com o propósito de participar da construção de um projeto de nação mais igualitária. Na dimensão social, o foco é o atendimento aos municípios mais populosos e com presença de baixa receita per capita. Na geográfica, o atendimento prioritário aos municípios com mais de 50.000 habitantes ou microrregiões não atendidas por escolas federais. Quanto ao desenvolvimento, a instalação de novos campi em municípios com os arranjos produtivos locais (APL) identificados com projeção de investimento (SILVA; TERRA, 2013).

A expansão da Rede Federal não tem precedentes na história da educação brasileira em número, em tempo e em capilaridade. Contudo, a maneira “aligeirada”, como aconteceu, depois de um longo tempo de estagnação, alimenta uma preocupação que a educação profissional seja realmente tornada uma política de governo, com a continuidade, não na intensidade da expansão, mas na sustentação do previsto e em solucionar os problemas que surgiram, a exemplo da própria diferenciação por suposta “inferioridade” dos IF em relação às universidades pelos elementos envolvidos, principalmente na diversidade da identidade posta e na ruptura com o antigo status exclusivo de escola profissionalizante para um modelo pluricurricular.

Com relação a este ponto, é importante destacar que a SETEC define como ponto de diferença entre os IF e as universidades a questão da prioridade de oferta de cursos superiores de licenciatura (formação de professores) e os cursos de bacharelado e tecnologia em áreas que sejam centrais para o desenvolvimento econômico. Segundo a Lei nº 11.892/08,

[...] os Institutos Federais são considerados Instituições Federais de Educação Superior, Básica e Profissional (IFES, portanto), às quais o MEC conferiu, desde o seu nascimento, o status de universidade, para que

gozassem das mesmas prerrogativas legais das universidades federais. Como características distintivas dos IFs em relação às demais IFES, vale ressaltar **a prioridade dada aos Institutos Federais na formação de professores** (sobretudo na área de Ciências), mediante a **destinação de um percentual mínimo de 20% das vagas ofertadas anualmente para cursos de licenciatura**. (BRASIL, 2008, não paginado, grifo nosso).

Com o processo de “ifetização”, nome que passou a ser utilizado para designar esse processo de mudança para o IF, a exemplo do que ocorre em outras locais com a junção de escolas técnicas, em Sergipe o Centro Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe, a Unidade de Ensino Descentralizada de Lagarto (UNED) e a Escola Agrotécnica de São Cristóvão são incorporadas e passam a ter denominação de Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Sergipe (IFS), com sede da reitoria na cidade de Aracaju. Com essa nova estruturação, também as denominações das unidades passaram a serem definidas como campus, de acordo com a cidade na qual se localizam geograficamente, a saber: Aracaju, Lagarto e São Cristóvão após a definição da Resolução nº 12/CS/IFS de 19 de agosto de 2009 que estabelece o Estatuto do Instituto Federal de Sergipe.

É necessário destacar que em 1988 inicia-se a construção da Unidade Descentralizada de Lagarto (UNED), começando a desenvolver suas atividades em 1994, com a oferta dos cursos de Edificações e Eletromecânica, autorizados pelo Decreto nº 9, de 26 de fevereiro de 1996, publicado no Diário Oficial do dia 28 do mesmo mês. Em função da necessidade de expansão e interiorização do ensino técnico em Sergipe, efetivando a sua instalação em 1995, em zona rural periférica.

Com a “ifetização” a UNED é, hoje, o Instituto Federal de Sergipe – Campus Lagarto, atendendo principalmente à população dos municípios circunvizinhos. A oferta de curso concentra-se no Ensino Médio Integrado ao Técnico, a saber, em Edificações, em Eletromecânica e em Redes de Computadores; Técnico Subsequente em Edificações e Eletromecânica, direcionados especificamente a jovens que estão concluindo ou concluíram o Ensino Médio regular; os cursos superiores, todos ligados às áreas de ciências exatas e tecnologia, a saber: Bacharelado em Sistema de Informação, Tecnólogo em Automação Industrial, Licenciatura em Física, este último sob o qual nos debruçaremos, oferecidos conforme demanda específica e seguindo as orientações definidas pelo Governo.

É dentro deste enredamento da “Educação para Todos” que a ação do Estado se manifesta na estrutura estruturante defendida por Bourdieu, ao definir políticas e com elas, as diretrizes de formação docente com o objetivo de atender aos interesses de mecanismos

internos e externos de financiamento. A escola é o espaço onde o poder estatal mobiliza suas forças para manter o padrão social defendido, contudo há que se destacar que a escola é um espaço plural e as relações de poder que se constituem dentro deste espaço não são lineares, mas mutáveis. A estrutura de formação de docentes no IF tem observância direta dessa lógica da organização da política estruturante MEC e das estruturas simbólicas que advêm desta política.

OS ESTUDANTES DA LICENCIATURA EM FÍSICA E A DOCÊNCIA

A pesquisa tem uma abordagem qualitativa, considerando ser realizada junto aos estudantes do IFS – Campus Lagarto do Curso de Licenciatura em Física, entre setembro e novembro de 2016. A pesquisa foi realizada através de entrevista semiestruturada com 5(cinco) alunos que estão entre o 7º (sétimo) e 8º (oitavo) período do curso. É importante destacar que o curso tem a duração regular de oito semestres letivos. São estudantes com idade que variam entre 21 e 26 anos, com um único estudante do sexo feminino, estas últimas variáveis são apresentadas, mas não foram utilizadas como propostas de variação na análise de respostas.

A definição de seleção de sujeitos considera que estes a priori, já percorreram, quase toda trajetória do curso, e podem trazer evidências mais contundentes de como se constituem a formação docente na área das ciências e trazer importante elementos para fortalecer a discussão sobre a formação em tela. Todos os estudantes entrevistados ingressaram na instituição por meio do processo de processo seletivo próprio.

Foram elencadas 5(cinco) questões: 1 - O curso escolhido atende às suas expectativas iniciais? 2 - Como descreve a instituição (IFS)? 3 - Como você se vê, enquanto estudante de um curso superior de licenciatura? 4 - Você sente que está preparado para a docência? Por que? 5 – O que você objetiva enquanto estudante de uma licenciatura do IFS? As perguntas forma listadas para serem respondidas por escrito pelos entrevistados. Para efeito de diferenciação dos formulários, enumeramos em sequência de 1 a 5 no momento em que foram devolvidas as respostas e é esta numeração empregada para no momento das análises no texto.

Perguntamos aos estudantes se curso escolhido atende às suas expectativas iniciais, todos responderam SIM, mas fizeram uma justificativa da resposta, mesmo não sendo solicitados no texto da questão para tal. Embora tenham variações na complementação da

resposta, há um destaque para a importância evidenciada ao papel dos professores que pertencem ao quadro do curso, como se percebe quando o estudante afirma que “[...] inicialmente adentrei ao curso visando aproveitamento em outro, porém acabei por gostar do curso e permanecer até o fim. Muito se deu pela forma que as aulas são ministradas e a convivência com os professores” (ALUNO 1).

Outro ponto de destaque nesta pergunta foi em possibilidade de prosseguimento dos estudos em relação. Em se tratando de curso licenciatura, o exercício da docência quando aparece na resposta de um estudante, vem de forma discreta quando destaca que “[...]o curso fornece a preparação não somente para a trabalho da docência, como também para seguirmos a carreira acadêmica” (ALUNO 5).

É perceptível que, apesar do reconhecimento demonstrado por alguns ao trabalho desenvolvido pelos docentes do curso, 60% dos entrevistados não registra a atividade docente futura como expectativa, mesmo o curso sendo uma licenciatura e não um bacharelado que orienta diretamente para a não docência.

Ao serem perguntados como descrevem a instituição a qual estão vinculados, os estudantes destacaram a necessidade de melhoria das instalações físicas, mas há, em alinhamento com a primeira questão em relação a evidência da importância dos profissionais da instituição. É o declara o estudante ao dizer que “[...] tem uma grande preocupação com a formação dos alunos. Possui excelentes profissionais, tem incentivo muito a pesquisa, apesar de possuir um espaço físico ainda necessitando de ampliação e melhorias” (ALUNO 2.).

A descrição realizada pelos entrevistados demonstra tanto aspectos físicos quanto humanos da instituição e, esta última por sua constância evidencia a importância dada por estes alunos à questão da relação professor-aluno no processo de ensino aprendizagem. A importância da figura do professor é um marco forte na vida acadêmica, transcende a educação básica e se mostra como marcantes na vida dos estudantes entrevistados. Assim, a importância do professor reside em

[...]considerar os professores como sujeitos e que possuem, utilizam e produzem saberes específicos ao seu ofício, ao seu trabalho a grande importância desta perspectiva reside no fato de os professores ocuparem, na escola uma posição fundamental em relação ao conjunto dos agentes escolares: em seu trabalho cotidiano com os alunos, são eles os principais atores e mediadores da cultura e dos saberes escolares. (TARDIF, 2010, p. 228).

Com essas duas questões e as respostas que geraram, os estudantes demonstram o forte capital cultural institucional, defendido por Bourdieu, que neste caso baseia prestígio principalmente nos professores do curso entre os entrevistados e como nas respostas e apresentando elementos de capital simbólico, sendo destaque a estrutura física e as relações positivas entre os que se inserem no processo educativo.

Segundo Bourdieu (2007), o capital cultural é um ter que se torna ser, uma propriedade que se faz corpo e tornou-se parte integrante da própria “pessoa”, um *habitus*. Nesta perspectiva, há um embate de discurso porque, embora o estudante tenha uma imagem positiva de seus professores e da importância do seu papel, enfrentam a projeções sociais externas em relação ao exercício da profissão docente, com o pouco prestígio social vigente no Brasil, refletido em vários prismas, inclusive no econômico, com uma variação bem inferior a outras profissões.

Pensando como pedagoga, a perspectiva traçada nesta questão é positiva por demonstrar a firmeza de resposta em relação ao exercício da docência por parte dos professores do curso, no papel de mediadores da aprendizagem. Contudo reconhecemos ser necessário aprofundar esse ponto para produzir uma análise mais contundente das questões postas pelos estudantes.

Perguntamos aos estudantes como eles se veem enquanto estudantes de curso superior de licenciatura foi destaque a percepção que disseram ter das mudanças na forma de “ver” a educação e as responsabilidades da docência. Assim, a formação para a docência vai tomando forma, constatada quando o estudante diz: “Mim vejo que durante esses quase 4 anos tive uma evolução muito grande que antes não tinha, ou seja, esse amadurecimento foi essencial para meu crescimento pessoal” (ALUNO 5).

Analizamos que, apesar de terem destacado anteriormente como objetivo o prosseguimento dos estudos em detrimento da docência, os estudantes evidenciaram terem a ciência que a docência é o eixo principal a qual se direcionam a sua formação e que a complexidade da execução desta atividade não lhes é alheia. Considerando que existe um eixo pedagógico bem definido no curso, o destaque dos estudantes diz respeito às disciplinas de conteúdo específico da área de formação da licenciatura, não há qualquer menção a preparação pedagógica para a atividade docente e, nesta perspectiva não apresentam discurso de uma escola inclusiva.

Para mudar essa posição seria necessário atentar que, segundo Mantoan (1997), a inclusão modifica a perspectiva educacional por ajudar alunos com dificuldades e também apoiar professores, pessoal administrativos para a busca de sucesso na ação educativa

Quando perguntados se os estudantes se sentem preparados para a docência e por que, a maioria afirmou estarem preparado. É unanimidade nas respostas que a formação que estão recebendo ser essencial para se sentirem estar prontos para entrarem exercício de docência. Contudo, considerando que para os estudantes entrevistados houve posicionamento sobre o contexto exterior do curso ainda causa incerteza em relação a preparação. As incertezas da ação docente transparecem na fala até mesmo nos futuros professores.

Finalmente, ao perguntarmos o que objetivam estes estudantes de licenciatura do IFS, as respostas têm o exercício da docência apresentado como objetivo principal, mas em seguida a importância do prosseguimento dos estudos é imediatamente relacionada ao primeiro objetivo. Considerando a análise percentual deste último questionamento, mais de 80%, o curso em tela atende o preconizado no seu Projeto Pedagógico de Curso e nos documentos legais de licenciatura, quer seja, preparar docentes para atuar na educação básica, na área de ciências, especificamente na Física.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação docente é uma das prioridades do governo, principalmente após a Lei 9.394/96 e as políticas que foram demarcadas tem como objetivo minimizar as vagas de professores na educação básica. Contudo, a constituição dos cursos de formação docente tem dilemas que oscilam entre a necessidade de formação didático-pedagógica e aos conteúdos próprios da licenciatura.

O IFS do Campus Lagarto em relação a formação docente, no caso da licenciatura em Física tem atendido aos objetivos aos quais se propõe. Neste ponto, os estudantes trazem informações significativas principalmente em relação a importância do professor enquanto mediador da aprendizagem e possível “exemplo” de profissional e projeção da acumulação do capital cultural através da incorporação e a objetivação do pretendido pelos estudantes que é, ao que parece a própria apropriação do capital cultural.

Ademais, as respostas das entrevistas cabem, ainda, em outro momento uma análise mais aprofundada em categorias que possam confirmar ou desfazer os achados neste momento.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Fixa Diretrizes de Educação Nacional.

BRASIL. MEC. SETEC. **Um novo modelo em educação profissional e tecnológica:** Concepções e Diretrizes. Brasília, 2010.

BOURDIEU, Pierre. Os três estados do capital cultural. IN: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio (org.). **Escritos de Educação**. 9. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007. p. 71-79.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér et al. **A integração de pessoas com deficiência:** contribuições para a reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon/Senac, 1997

PILETTI, Claudino; PILETTI, Nelson. **História da educação:** de Confúcio a Paulo Freire. São Paulo: Contexto, 2013.

SAVIANI, Dermeval. Formação de professores: aspectos históricos e teóricos do problema no contexto brasileiro. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: v.14. p.143-155, jan/abr., 2009.

SILVA, Veleida Anahí; TEIXEIRA, Ana Maria Freitas. Para saber sobre a universidade pública é preciso ouvir seus estudantes. IN: CRUZ, Maria Helena Santana (org.). **Múltiplos enfoques e espaços plurais da pesquisa no campo da educação**. São Cristóvão: editora UFS, 2008. p. 209-232

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. Petrópolis: Vozes, 2002.